

PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

Intenção e gesto

- Lula propôs, durante visita à Fiesp, indicar empresários para participar do Copom. Essa é uma idéia ainda mais absurda do que outra que defendeu recentemente de dar, aos funcionários das estatais, o direito de escolher, pelo voto, os dirigentes das empresas. As duas idéias têm o mesmo defeito: são expressões perfeitas do corporativismo.

Lula disse, na Fiesp, que “este país sempre teve empresários no Copom”. Ele confundiu o Comitê de Política Monetária com o velho Conselho Monetário Nacional. E não parece ter sido um ato falho. “É uma contradição, um paradoxo, o PT ter que ganhar para dar representação a vocês no Copom”, disse, em seguida.

A se levar a sério o que disse o candidato do PT, o que ele está imaginando é transformar um órgão técnico numa espécie de Câmara Setorial dos juros, admitindo dar a uma parte dos tomadores de crédito — apenas aos empresários — o direito de decidir a taxa de juros. Falta entender por que só os empresários teriam esse direito. A classe média também paga juros e até mais altos, já que os bancos cobram mais de quem tem menos.

O Copom foi um avanço notável em termos de profissionalização e transparência do Banco Central. Em vez da decisão sobre a taxa de juros sair da cabeça de uma pessoa no Banco Central, ela sai da decisão colegiada no BC, após análise dos indicadores econômicos. Do Copom, participam o presidente e os diretores e chefes de departamento do Banco Central. Eles seguem um ritual de avaliação da conjuntura, que inclui o cruzamento de indicadores de diversas instituições acadêmicas ou empresariais sobre nível de atividade, pressão inflacionária, nível de emprego. Debatem durante um dia e, no dia seguinte, tomam a decisão pelo voto. Uma semana depois, a ata da reunião é divulgada para que todos os analistas e interessados possam saber a forma como o BC está vendendo a conjuntura.

Antigamente, a decisão sobre juros era tomada pelo presidente ou por um diretor de área do Banco Central sem qualquer ritual ou transparência. Ficou famoso um diretor que, de repente, decidiu dobrar a taxa de juros e levá-la a 50%, no governo Sarney, sem qualquer explicação sobre seus critérios ou motivos. Quem soube antes dos humores e rompantes desse diretor ganhou rios de dinheiro. Na época, ninguém se preocupou em investigar os rumores sobre o vazamento dessa informação. No Copom, assim que acaba a votação, o diretor de Política Monetária desce alguns andares e vai à sala de imprensa informar aos jornalistas a decisão tomada. Instantaneamente, a informação é entregue à sociedade pelo jornalismo em tempo real.

Os juros são o melhor candidato a vilão da economia. Todo mundo é contra juros altos. A questão que desafia governantes é como criar as condições para a queda dos juros. Até porque tudo o que o BC decide é a taxa básica. Essa taxa é um dos elementos,

mas não o único, da definição dos juros cobrados dos tomadores de empréstimo nos bancos.

Dar representação a empresários num conselho como o Copom é uma idéia tão absurda que é difícil até comentar. Lula fez confusão com o velho Conselho Monetário Nacional que, antigamente, tomava decisões sobre crédito dos bancos públicos, subsídios do governo e benesses a grupos de interesse com influência no poder. Das decisões tomadas lá, saíram muitos esqueletos que hoje engordam a dívida pública. Acabar com a representação corporativista no CMN é parte do trabalho de “desprivatizar o Estado”; idéia defendida no programa do PT. Contradição, paradoxo, é dizer que vai “desprivatizar o Estado” com propostas como a de ter empresários no Copom ou como a de dar, aos funcionários das estatais, o direito de votar para o cargo de diretor e presidente das empresas. Os dirigentes de companhias que precisam dos votos dos funcionários para continuar no cargo como decidirão sobre aumento dos salários? Empresários no Copom e funcionários elegendo diretorias das estatais são idéias irmãs: tecnicamente equivocadas, reveladoras do grau de desconhecimento de como a economia funciona, e que dão, a grupos de interesse, o direito de usar o Estado. Juntas, encurtam muito o caminho da privatização do Estado. Ou o PT revê essas idéias, ou revoga o programa que propõe a desprivatização. Elas são o oposto do lema do programa do partido.

Se não entender essa contradição, o PT, no governo, pode vir a fazer o contrário do seu sonho histórico. Em vez de distribuir a renda, pode acabar por concentrá-la. Utilizar recursos públicos para interesses privados; beneficiando quem tem maior poder de pressão. Outra idéia cara ao partido é a das câmaras setoriais. No passado, elas serviram para que empresários e líderes sindicais se unissem em pedidos para que o Estado pagasse a conta através de isenções fiscais ou créditos subsidiados. Na época da inflação alta, os sindicatos mais organizados brigavam por aumentos de salários e vantagens trabalhistas. Quando as empresas cediam, o custo era repassado para os preços dos produtos. Com a economia fechada, sem competição, o consumidor pagava a conta. Em homenagem a esse passado, é que o presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, definiu a relação entre o PT e a Fiesp como sendo “duas décadas de hostilidade quase conjugal”. Foi mesmo um casamento de interesses, que terá de ser rompido se o partido quiser governar para todos os brasileiros.

E-mail para esta coluna: paneco@oglobo.com.br

COM DÉBORA THOMÉ